

## **Acta nº3/2006**

Aprovada em 13/09/06

### **ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS**

No dia vinte Junho de dois mil e seis, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a terceira sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 - Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos do Município para 2006;**

**Ponto 3 - Regimento da Assembleia Municipal;**

**Ponto 4 - Criação da Provedoria dos Administrados - proposta da CDU;**

**Ponto 5 - Desafectação de terreno do domínio público municipal:**

**a) Parcela de terreno na Avenida Ferrer Correia**

**b) Parcela de terreno na Quinta da Fonte**

**c) Parcelas de terreno na Quinta de Grijó;**

**Ponto 6 - Aplicação do D.L.81/2006-Regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento-tabela de taxas;**

**Ponto 7 - Concessão da Medalha da Cidade de Coimbra ao Professor Dr. Manuel Antunes.**

#### **PRESENCAS:**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

#### **Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, António Maló de Abreu, Carlos Alberto Nunes da Silva, Vasco Jorge Antunes da Cunha, Luis Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José Baptista Veiga, Maria Reina Martin Ferreira Pimpão, Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, José Manuel Oliveira Alves, João Filipe Amaro, Fausto António Santos e João Pedro Fonseca Pinto e Fernando António Garcia Bigotte.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Gaspar Barroca, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Faltou justificadamente José Luís Antunes Vicente.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

António Reis Marques, Isabel Maria Nobre Vargues, Martim Ramiro Portugal Ferreira, José Augusto Brito Xavier, Maria Ângela Pinto Correia, Carlos Manuel Dias Cidade, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, João André Brás Tralhão, Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo e José Manuel Ferreira da Silva

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes de Matos.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, e Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca.

Faltaram justificadamente os deputados municipais Fernando Jaime Alves Martinho e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno, Mário Mendes Nunes, Luís Ranito da Costa Previdência, Álvaro Santos Carvalho Seco e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro.

**MESA:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, que foi secretariado Maria Ângela Duarte Pinto Correia como Primeiro Secretário e Margarida Maria Rodrigues Viegas, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

Deputado municipal, **Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz**, pelo período de 10 dias com início a 16 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PPM) na coligação “Por Coimbra”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **João Pedro Fonseca Pinto**.

Deputado municipal, **João Manuel Serpa Oliva**, pelo período de 30 dias com início a 15 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (CDS) na coligação “Por Coimbra”, lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **Fausto António Saraiva Santos**

Deputado municipal, **Maria Helena C. Moura Ramos**, pelo período de 8 dias com início a 20 do corrente, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PSD) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **João Filipe Amaro**.

Deputado municipal, **João Francisco Lencastre Campos**, pelo período de 15 dias com início a 16 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PSD) na coligação “Por Coimbra”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **José Manuel Oliveira Alves**.

Deputado municipal, **Paulo Luís Cunha Almeida**, pelo período de com início corrente, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (CDS) na coligação “Por Coimbra”, lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **Fernando António Garcia Bigotte**

Deputado municipal **Abílio Vassalo de Abreu** pelo período de 10 dias com início a 20 do corrente, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **José Manuel Ferreira da Silva**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Eiras apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta - **Ângelo Mendes Dias**.

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):**

##### **“Moção**

1-Considerando que a Capital Europeia da Cultura 2012 é uma oportunidade imperdível para Coimbra na obtenção de investimentos estruturantes a longo prazo já abundantemente realizados em Lisboa e Porto e que, de outra forma, não se realizando continuam a acentuar as desigualdades no País;

2-Considerando que Coimbra é a Cidade do Conhecimento, mas também é uma cidade de cultura, entendida em todas as suas dimensões, cidade com passado e com história, mas igualmente cidade que exige desenvolvimento e futuro;

3-Considerando que em Coimbra é possível mobiliza energias e vontades consensualizadas em torno de grandes causas ou projectos nacionais e universais, como é o caso da Capital Europeia 2012;

A Assembleia Municipal de Coimbra, realizada a 20 de Junho de 2006 aprova a solicitação do Governo da apresentação da Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2012. E recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que inicie de imediato a preparação desta apresentação, mobilizando os cidadãos e as instituições do concelho para esta causa e este desígnio – Coimbra, Capital Europeia da Cultura de 2012.”

**Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):**

“A próxima Capital Europeia da Cultura, a realizar em Portugal em 2012, cujas candidaturas terão que ser apresentadas até 2007, exige dos órgãos autárquicos de Coimbra uma tomada de posição explícita, decidida e urgente. Braga, Guimarães e até Tomar já estão na corrida. Naquela que já foi Cidade Capital do Teatro em 1992 e Capital Nacional da Cultura em 2003, porém, o tempo parece passar sem que nada seja feito para aproveitar de forma atempada e planificada uma oportunidade que pode representar, para Coimbra, um importantíssimo avanço, quer no plano específico do desenvolvimento cultural, quer no plano geral do desenvolvimento da cidade, assente na cultura como o fundamento identitário em que sempre nos reconhecemos. É urgente assumirmos as especificidades do nosso município e apostar no sector criativo da economia, no conhecimento, no património e no turismo, como o melhor potencial de que dispomos para a criação de riqueza, competitividade, emprego, qualidade de vida, cosmopolitismo e visibilidade internacional. Não será preciso recordar às senhoras e aos senhores deputados que dispomos do essencial para esta aposta: uma universidade internacional prestigiada, um leque alargado de outras instituições de ensino; um património histórico e monumental único, estruturas de criação artística com créditos reconhecidos, um elevado potencial humano para o surgimento de novos projectos nas diversas artes, públicos criados e com grande capacidade de alargamento, uma enorme massa crítica de população altamente escolarizada. Não será necessário recordar às senhoras e aos senhores deputados os benefícios e as mais-valias que a cidade poderá retirar dos investimentos associados à Capital Europeia da Cultura, não somente no que diz respeito às infra-estruturas e equipamentos de índole cultural, de que continuamos carenciados, mas como estímulo ao desenvolvimento de uma arrojada política cultural, estruturada a médio e a longo prazo, a qual com todo o realismo, pode e deve ser encarada como motor do crescimento e da sustentabilidade do nosso município. Trata-se, afinal de enfrentar uma viragem imprescindível no sentido de uma verdadeira gestão rigorosa, dinâmica e empreendedora da cultura em Coimbra.

Não se compreende, pois, e inércia manifesta pela Câmara Municipal em relação a uma candidatura que é nosso dever assumir corajosamente como um projecto galvanizador, e com o objectivo de realizar uma Capital Europeia de Cultura de excelência, o que pressupõe o tempo necessário para a devida preparação, séria, articulada e participada.

Ao Congresso recentemente realizado pelo Conselho da Cidade, o Presidente da Câmara de Coimbra, Dr. Carlos Encarnação, fez transmitir a seguinte interrogação:

“Queremos ser candidatos a Capital Europeia da Cultura. Resta saber como. Com que meios, com que programação, com que interesse do Estado. A uma Câmara Municipal não pode continuar a exigir-se tudo e mais alguma coisa sem medida nem critério. É ou não do interesse do País que Coimbra se candidate? “Os cidadãos e as cidadãs, ali reunidos em reflexão sobre o futuro de Coimbra, respondem com um voto unânime numa orientação que considera imprescindível e urgente a apresentação da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura.

Qualquer outra posição seria desprestigiante para a cidade que somos, que queremos e que podemos ser. Cabe, por isso, aos órgãos autárquicos concretizar a vontade cidadã, levando a bom termo este desígnio. Cabe, por isso, aos órgãos autárquicos de Coimbra afirmá-lo fortemente, perante o estado central, como um imperativo da cidade e do país, mobilizando, para a sua concretização, os cidadãos e as cidadãs, bem como os recursos financeiros, como soube fazer com um projecto que, afinal, muito poucas mais-valias trouxe para a cidade: O Euro de 2004.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresenta à Assembleia Municipal de Coimbra a seguinte moção:”

*“Moção*

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 20 de Junho de 2006, afirma como objectivo primordial para a cidade de Coimbra um desenvolvimento assente na dimensão criativa da economia, incluindo ciência e engenharia, pesquisa e inovação, e indústrias baseadas na tecnológica, nas artes, na cultura no conhecimento, no património e no Turismo, neste âmbito, considera a Capital Europeia da Cultura 2012 como uma oportunidade de obtenção de financiamentos e investimentos, bem como de estruturação alargada e praticada de uma política cultural a médio e longo prazo, que não pode ser desprezada. Por isso, recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que tome, com urgência, as diligências necessárias no sentido da apresentação da candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura, constituindo de imediato uma comissão com esta função, em estreita coordenação com a Direcção Regional de Cultura, e envolvendo todas as instituições revelantes da cidade neste domínio.”

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Cernache:**

“Entre os vários problemas com que se debate a minha Freguesia, queria aqui destacar dois:

O primeiro prende-se com o cemitério.

Ao contrário daquela famosa telenovela brasileira onde o Perfeito procurava desesperadamente mortes para inaugurar o seu cemitério, eu em Cernache procuro desesperadamente cemitério.

Em Cernache é proibido, morrer!

A capacidade de enterramento no cemitério da freguesia já se esgotou há alguns meses, conforme já é do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara e do senhor vereador responsável, o Engº Horácio Pina Prata.

Esta situação está a ser muito difícil de gerir por parte da Junta e vai complicar-se ainda mais no dia em que se tiver que dizer a familiares de um falecido que o

mesmo não pode ser enterrado na sua terra e que terá de ser sepultado noutra cemitério de outra freguesia do Concelho.

É sabido que esta Câmara tem estado a fazer um estudo da situação dos cemitérios das diversas freguesias.

No caso de Cernache, o estudo está feito há mais tempo. Temos terreno, oferecido por um morador da freguesia, temos projecto aprovado por esta Câmara em reunião de 29/08/2005, para 207 campas repartidas por três talhões. Esta ampliação permitirá dotar o cemitério de Cernache com uma capacidade de enterramento para um período superior a 50 anos.

A morte, infelizmente, não avisa, nem tem compasso de espera, por isso impõe-se uma urgente resolução desta situação. O início das obras de ampliação do cemitério não podem esperar mais.

O segundo problema que trago a esta Assembleia diz respeito a uma importante via de acesso de Cernache ao lugar de Vila Pouca, a chamada estrada do Cimo do Olival.

O alargamento e a sua pavimentação são, há vários anos, uma pretensão dos moradores da freguesia. Esta via tem vindo a degradar-se e neste momento mais parece uma pista para a prática de desportos radicais.

A esse propósito, trago aqui um folheto que me foi dado por um eleitor do Sr. Presidente que me pediu para lho entregar e para lhe relembrar o compromisso que assumiu, com a Freguesia, no seu primeiro mandato.

O que se pede de momento, enquanto não se iniciam as obras de alargamento e pavimentação há muito prometidas, é que pelo menos se corrija o pavimento com a colocação de tout-venant, por forma a que esta via se torne no mínimo transitável.

Certo que estes problemas vão merecer por parte do Sr. Presidente e do Sr. vice-presidente a atenção que eles exigem, a Freguesia de Cernache fica a aguardar atentamente pela sua rápida resolução.

Por último quero aqui congratular-me com a aprovação pelo Executivo Camarário dos protocolos de competência para 2006.

Espero agora que a assinatura dos mesmos, com as Juntas de Freguesia se faça urgentemente, uma vez que já estamos em finais de Junho sem realizar trabalho. Está-se a perder um grande capital humano de mais de 292 eleitos em freguesias que nesta situação vêm incurtado o tempo para melhor realizar as suas obras.”

### **Intervenção do deputado municipal Martim Portugal (PS):**

"....Nós estamos em Portugal nesta altura como nos demais países da Europa numa situação complicada, que é um a crise complexa que tem a ver com múltiplos factores.

Uma maneira de ultrapassar as dificuldades que temos, naturalmente exige criatividade.

Dizia Einstein que, o mais importante que o conhecimento, é a criatividade. Penso que de facto é necessário criatividade.

Nós temos sinais que o País está abalado, que vai desde o ensino superior até ao ensino primário. Nos níveis reformatando os cursos que se tiram, para ficarmos de acordo com a declaração de Bolonha, de Praga,..... e que nós tivemos dificuldade em assimilar e já vinha há cinco anos que se podia ter feito isto, mas é sempre muito difícil implementar estas coisas nomeadamente quando envolvem universitários que são por princípio instituições extremamente conservadoras, e tem de se adaptar aos nossos tempos.

Adaptaram-se, na minha prespectiva pessoal, de uma maneira pouco hábil, que foi criando para se adaptarem de acordo das coisas de Bolonha. Criando os ciclos e dando ao 1º Ciclo o título da licenciatura, que me parece de facto excessiva e que eu suponho que vai trazer complicações por exigências que viram a jusante.

De qualquer maneira vamos ter licenciaturas, dadas em três anos, umas mais de índole universitário mais generalista pelas universidades, outras mais, e esta é a parte mais positiva de índole tecnológico dadas pelos Institutos Politécnicos.

Ao que li no jornal de ontem, o Instituto Politécnico de Coimbra prepara-se mesmo para dar bacharelatos com carácter técnico. Uma falta que tem havido no nosso país que é gravíssimo, o desenvolvimento tecnológico não é possível sem haver esses técnicos desse nível.

Depois virá, naturalmente uma extensão para mestrado que eu prevejo que vai pelo menos ficar pelo nível da licenciatura actual e depois virá a seu tempo o doutoramento.

Portanto, vamos ter um país carregado de mestres, mas não sei se de facto vamos progredir muito na área da criatividade. Há um sinal muito interessante que veio do Ministério da Ciência Tecnologia, quando a Sra Ministra anuncia que haverá cortes nos cursos das Artes. Eu que não sou das Artes, congratulo-me com isso, porque acho que é uma falha gravíssima no nosso ensino secundário e falta de ênfase na parte das Artes. Pelas Artes poderíamos chegar à criatividade. Esta ênfase, que eu gosto, da matemática mas penso que haverá outras coisas que nos podem desenvolver para além da matemática. De qualquer maneira vamos ter uma situação no próximo futuro de profunda transformação na Universidade de Coimbra, nomeadamente nas suas Faculdades. E se não concretizarem já este ano novos planos vão permitir inscrição de novos alunos e prometem-lhes que se integraram nos princípios da declaração de Bolonha no ano mediatamente a seguir.

Isto significará que Coimbra vai ter um abalo profundo resulta da taxa dos nossos índices demográficos que são realmente pavorosos e aí está uma área aberta para a iniciativa privada.

Penso que a Cidade vai ter de acompanhar estes novos tempos, vai ter que criar uma dinâmica capaz de atrair novos alunos para as suas Universidades, e Coimbra tem para além da sua Universidade Clássica, tem a de Vasco da Gama, o Instituto de Lordemão tem praticamente a Universidade Bissaya Barreto e tem ainda o Instituto Miguel Torga, para além do Instituto Politécnico. A nível Superior Coimbra é uma Cidade dotadíssima de instituições, que vão entrar em problemas, com dificuldades, penso que a cidade deve estar muito atenta, e desenvolver esforços para que em conjunto com estas instituições e também com a Associação Académica de Coimbra, arranjar condições para que os jovens venham para cá e se fixem aqui para terminar os seus estudos. É um desafio que a Cidade tem de encarar.

O problema que se coloca na educação, é da exigência que é colocada aos professores de Ensino Secundário. Isto levanta um coro de protestos, porque a avaliação feita pelos pais não é capaz, esse argumento classifico-o como Salazarista, porque se dizia que os Portugueses na altura não tinha capacidade para votar. Acho que os Pais tem a perfeita legitimidade e capacidade para se pronunciarem sobre os professores. Digo isto não como praticante, mas entendo que deve fazê-lo, isso faz-se regularmente em Países, e conheço relativamente bem, os sistemas de educação nomeadamente aqueles que hoje nos servem de

referência, em que os pais são claramente chamados para se pronunciarem, e os alunos são chamados para se pronunciarem sobre o mérito dos professores, e note-se da famosa Universidade da Califórnia (o topo delas todas) ninguém chega a Professor Catedrático se tiver parecer desfavorável dos estudantes. Durante cinco anos ele é avaliado pelos seus estudantes e tem de ter desempenho como professor de qualidade senão a Universidade não lhe dá lugar fixo, um lugar estável. As pessoas tem de se habituar a ser avaliados, nós universitários, o Sr. Presidente saberá como eu, que fomos habituados a ser avaliados em tudo. Nós somos avaliados na Universidade para ser professor auxiliar, professor agregado, professor associado, professor catedrático etc. Temos uma avaliação de cinco em cinco anos. Se isto se pratica a nível do ensino superior, qual é a dificuldade de praticar o mesmo a nível do ensino secundário, e a nível do ensino primário. O cidadão tem o direito de se fazer pronunciar sobre os agentes que vão moldar as cabeças dos seus jovens. Não é com facilidades que se chega ao ponto que temos que chegar. Obviamente, que tem de haver exigência, e não venho dizer que os pais não tem capacidade de julgar.

É evidente que a capacidade de julgamento dos pais sobre os professores dos filhos tem de ser ponderada, falo do meu conhecimento de causa, tive de avaliar muitas licenciaturas, creio que avaliei licenciaturas em Universidades Portuguesas todas e vi a avaliação dos alunos que faziam dos seus professores. Isto pratica-se regularmente sobre todos os professores, sobre todas as cadeiras, com 10 pontos na matriz com 5 termos de classificação. Convençam-se todos os agentes de ensino que é legítimo que a sociedade se pronuncie sobre eles e que lhes faça exigências. Não podemos continuar com estas taxas de insucesso que são realmente escandalosas. Além de ensinarem conhecimento, ensinar atitudes, ensinar comportamentos desde logo não podemos pactuar com as coisas mais inacreditáveis, e os pais também, que é ensinar o princípio da seriedade e da verdade.

É grave quando se instala na sociedade este culto da cunha pelo filho, a instituição sofre e o jovem sofre, ele é marcado, desde logo, a princípio por o exemplo que os pais lhe fazem pela falta de seriedade. Isto tem de ser ensinado os conhecimentos, que passam também pelas virtudes, para esta capacidade funcionar num mundo decente e honrado. Obviamente temos de perceber que, existem forças complicadas envolvidas nisto tudo, nomeadamente os sindicatos, os professores, eu tenho em casa também gente que se insurgem pela substituição. Quando estava nos Estados Unidos nunca tive uma aula que não fosse dada, todas as aulas eram substituídas e mesmo quando estudante em Portugal, nunca tive uma falta de aula de um professor, havia sempre alguém que o substitui-a. Isto passa-se há 40 anos atrás, mas era assim que funcionava. Temos de voltar a ter exigências e impôr aos professores comportamentos que têm de assumir autênticos e validos.

É esta mensagem que deixo de facto que os cidadãos devem estar alertados com esta realidade. Não sou deputado da Assembleia da República, não tenho que defender a Sra Ministra da Educação nem o Sr. Ministro da Ciência de Tecnologia, mas, enquanto cidadão e enquanto praticante desta arte e ofício de ensinar estou com eles neste grau de exigência, não é com facilidades, não é com a tendência para a mediocridade que nós saímos de situações difíceis que temos. Temos que, obviamente melhorar qualidades e vencer isto.

A declaração de Bolonha vai resolver um problema, que é por exemplo muitos jovens que andam nas Universidades 3 ou 4 anos saíam de lá sem qualquer certificado e agora é possível obter um certificado ao fim de 3 anos, o que já é qualquer coisa de positivo. Mas há muito desafio e as cidades devem estar preparadas para isto, e nós enquanto cidadãos temos que estar perfeitamente disponíveis para perceber que todo o cidadão tem o direito de pronuncia, já passou o tempo em que os cidadãos Portugueses eram considerados incapazes. É isto que eu quero deixar ficar a minha mensagem, vamos aderir de facto a este movimento larguíssimo de melhorar a educação nacional."

**Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):**

“Começo por dizer que, o assunto que mais uma vez trago a esta Assembleia, não é uma obsessão, é sim, uma preocupação crescente face ao evoluir dos acontecimentos, estou a falar de educação e da rede escolar.

O rotulado “movimento cascata”, que pretendia reformular a rede escolar da zona urbana de Coimbra, devido a um conjunto de constrangimentos, não será implementado, na totalidade, no próximo ano lectivo 06/07.

Digo na totalidade pois, prevê-se que este ano lectivo haja movimentação de turmas do 3º ciclo para escolas secundárias: concretamente 2 turmas da EB 2/3 Eugénio de Castro e 2 turmas da EB 2/3 Martim de Freitas para a Escola Secundária José Falcão, e 2 a 3 turmas do EB 2/3 Alice Gouveia para a Secundária Quinta das Flores.

As Associações de Pais das referidas escolas EB 2/3 têm reunido e tem sido tornado público, pela Comunicação social, as suas preocupações e descontentamento quanto a este processo. Desconhecem regras de selecção das turmas a transferir, desconhecem apoios ou contrapartidas num processo para o qual estão a ser informados.

Face a estes factos e tendo em conta que, independentemente de orientações da tutela, a comunidade educativa local, os órgãos com responsabilidades na definição e acompanhamento dessas orientações—nomeadamente o vereador da Educação e o Conselho Municipal de Educação—devem ser auscultados e dar o seu parecer, questiono o Dr. Carlos Encarnação na qualidade de responsável nesta Autarquia pelo Pelouro da Educação e, simultaneamente Presidente do Conselho Municipal de Educação sobre:

-O Conselho Municipal de educação já reuniu ou vai reunir em tempo útil para apreciar esta reestruturação da rede escolar?

-O Vereador da Educação tem conhecimento oficial deste processo?

Lembro que na passada Assembleia, a CDU apresentou uma Moção, que foi aprovada por maioria a qual vincula o vereador da Educação e Presidente do Conselho Municipal de Educação na salvaguarda dos direitos da comunidade educativa onde se dizia, e cito “em qualquer situação que implique estratégias e orientações de política educativa, não permita que as mesmas sejam governamentalmente impostas, à margem da auscultação de quem a nível local, tem responsabilidades e funções que não prescindem de exercer”.

É isto Senhor Presidente que consideramos essencial e pertinente.

Que nada se faça e se decida à margem dos directamente interessados e legitimamente envolvidos – pais, vereador da educação, conselho municipal de educação para depois não sejam responsabilizados por decisões para as quais não foram consultados.

Por exemplo:– encerramento de escolas do 1º ciclo- o Ministério da Educação comprometeu-se no Acordo relativo às cartas Educativas e rede escolar do 1ª ciclo, assinado em 25 de Outubro de 2005, a, e cito “ apresentar, até Abril de 2006, um modelo de financiamento e um calendário de concretização para a renovação do parque escolar do 1º ciclo”.

Sr. Presidente, estamos a meados de Junho e, tendo em conta que existem crianças do 1º ciclo a deslocar para as escolas de acolhimento, quais as medidas tomadas pelo Ministério da educação na operacionalização deste processo? Ou, para ser mais precisa:

-As condições financeiras para as obras de requalificação das escolas de acolhimento estão asseguradas por forma a estas estarem operacionais à recepção dos alunos provenientes das escolas encerradas?

-Estão criadas condições para as famílias serem informadas atempadamente de como se processam estas mudanças no início do próximo ano lectivo, Setembro? Serviço de refeições, transporte assim como os custos a suportar pelas famílias? Estou a colocar estas questões ciente de que as mesmas não dependem exclusivamente da capacidade operacional desta Autarquia mas, são a prova de que não basta impor directrizes e deixar a “batata quente” para outros resolverem porque os Pais pedirão responsabilidades se algo falhar, aos responsáveis próximos. Isto para reafirmar que para sermos responsáveis temos de participar nas decisões, nos processos e encontrar as soluções que respondam, efectivamente, às vontades expressas pela comunidade educativa local.

E para terminar espero ver na Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia Municipal um ponto destinado à apreciação da Carta Educativa do Concelho de Coimbra.”

### **Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):**

“Boa tarde a todos!

Na anterior sessão da Assembleia Municipal foi aprovada uma proposta da CDU que marcou um debate público sobre o futuro da Penitenciária, para o dia 8 de Julho. Já questionei o Sr. Presidente da Assembleia, sobre os preparativos desta sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal garantiu-me que da parte da Câmara, estavam a ser feitas a diligências necessárias para que esse debate seja feito. Claro que acreditamos que o Sr. Presidente da Câmara respeite a decisão da Assembleia Municipal e proporcione esse debate público. Achamos no entanto, que do ponto de vista do calendário está na hora de o publicitar.

Pensamos que o Sr. Presidente da Câmara nos deverá hoje aqui informar das diligências já feitas e nomeadamente informar a Assembleia, do local, da hora, das entidades já convidadas e a que meios vai recorrer para publicitar esse debate.

Sr. Presidente da Câmara! O senhor concordará que esta questão não pode nem deve ser resolvida numa discussão de gabinete entre o V. Exa e o Sr. Ministro da Justiça. Os problemas de Coimbra quem os conhece é V. Exa e os cidadãos que cá residem e não o Sr. Ministro. Acreditamos, por isso, que para V. Exa este debate público é mesmo uma mais valia, bem como toda a mobilização dos cidadão de Coimbra que à volta deste problemas se faça.

Como fomos nós que fizemos a proposta do debate e da data, posso aqui deixar mais algumas achegas e sugestões:

Sugerimos que, como se trata de um sábado esse debate se inicie às 9,30 da manhã que não deixem de ser convidados entre o Ministério da Justiça, todos os Partidos Políticos, a Universidade, o Conselho da Cidade, Sindicatos ligados à Justiça. Repito Sr. Presidente é urgente tratar da publicidade deste debate! Faço também aqui um apelo a todos os deputados municipais e muito em particular à Junta de Freguesia da Sé Nova, aqui na pessoa do Dr. Helder, que se empenhe na mobilização para a participação cívica de todos neste debate.

Aproveito para deixar um desabafo, que espero não se venha a transformar num lamento, e que para já pode ser uma pergunta àqueles que querem transformar os terrenos da Penitenciária em milhões de euros.

Dirijo-me obviamente às duas bancadas que têm permitido que o betão cresça desmesuradamente em Coimbra e que simultaneamente as placas de *Vende-se* proliferem por toda a cidade a cidade em casas novas e usadas e os prédios degradados não parem de aumentar no Centro mais ou menos histórico. E a questão é esta: quando vemos crescer prédios mais no centro ou mais na periferia e interrogamos os responsáveis, porque, nós sabemos e eles sabem, que estatisticamente, já não há em Coimbra num futuro próximo, gente para habitar toda a construção já licenciada, a resposta é invariavelmente esta:

“-Pois é, mas naquele local o PDM permite, os índices são cumpridos, a propriedade privada é sagrada, os proprietários dos terrenos criaram expectativas, donde: nada a fazer!”.

Vamos, por um minuto ser ingénuos e acreditar nesta razão, e vamos perguntar nomadamente à bancada do PS e do PSD, se o Governo, com o aval da Câmara, vai entrar nesta ganância e vai vender terrenos seus para construir, sabemos de estatística segura que nos próximos 10 ou 20 anos não é preciso nem mais um prédio novo em Coimbra.“

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

"Não tem orientação política, nem caris político o que trago aqui à Assembleia, mas tão só duas questões que me têm sido vinculadas por cidadãos da nossa cidade:

-Tem a ver com o funcionamento da actividade municipal relativamente ao licenciamento de construções antigas, daí o sentido da minha intervenção é mais de uma maneira geral dirigida ao Sr. Presidente e em particular ao Sr. Vereador. Tem a ver com construções antigas, a mais das vezes construídas, antes do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, ou pelo menos que datam da extinção da aplicação do regulamento à cidade de Coimbra concretamente mais às zonas rurais.

Acontece que muitas dessas habitações se apresentam degradadas, e os proprietários pretendem conferir-lhes melhores condições salubridade, de higiene e segurança, tão só isso.

Pois dirigem-se à Câmara apresentam o seu projecto de forma muito simples e alguns dias depois recebem desta Câmara toda uma exigência de plantas, e de outras exigências que tem haver com a regulamentação em vigor.

O que pretendia era que, na actividade municipal a Câmara neste particular levasse em linha de conta, e nesse sentido desse instruções aos serviços municipais respectivos e seus os técnicos, no disposto do artº 60 do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, e do Regime Jurídico de Urbanização e Classificação, e que sub epígrafe de designações existentes nos diz no ponto 1 e ponto 2 o seguinte:

*As edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as utilizações respectivas não são afectadas por normas legais e regulamentares supervenientes e continua o nº 2*

*a concessão de licença ou a autorização para a realização de obras de reconstrução, ou de alteração das edificações não pode ser recusada com fundamento em normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária desde que tais obras não originem ou agravem a desconformidade com as normas em vigor, ou tenham como resultado a melhoria das condições de vida de segurança e de salubridade da edificação."*

O critério do artº 60, assim não reside em acertar ou não de obras de reparação. O preceito fala muito claramente de obras de reconstrução, ou de alteração das edificações, o que tem naturalmente um significado muito mais amplo. Apenas se exige que as obras não criem ou agravem a desconformidade com as normas construtivas, actualmente em vigor, ou tenham como efeito a melhoria das condições de segurança e salubridade das edificações.

Isto acontece como é sabido, com as populações mais carentes de zonas rurais, que pretendem recuperar a sua velha casinha, que muitas vezes o pai ou o avó onde nasceram, seja recuperado, seja dotado melhores condições de salubridade e acabam por desistir tal é a exigência de plantas, de projectos e outros requisitos só aplicáveis às construções novas e as já construídas num domínio muito mais recente para com outros preceitos legais mais rigorosos se lhe estão a aplicar.

O que desejava era que fosse feita esta recomendação aos serviços municipais, para que tivessem atenção toda a dimensão e alcance do artº 60 do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, e neste sentido posso dizer os nossos Tribunais Superiores têm feito essa mesma recomendação nesse sentido."

#### **Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):**

"Também queria manifestar aqui, uma preocupação no sentido de acautelar o futuro na lógica, do que a Sra Deputada da CDU colocou aqui, e do Professor Martim Portugal, embora noutra perspectiva que é a preocupação do início do próximo ano lectivo.

Quem tem participado nas reuniões de Associações de Pais depois das alterações que foram introduzidas, existe de facto uma grande preocupação, independentemente de uns estarem de acordo com as opções que foram tomadas, o que me trás aqui é a preocupação da questão pragmática de abertura do ano lectivo nomeadamente no ensino básico.

De facto o que me deu a transparecer na área educativa onde o meu filho é aluno, há uma incapacidade das próprias Associações de Pais reagirem a algumas das medidas que estão a ser implementadas e preocupação a quem tem que dar resposta no terreno a estes novos problemas está preparado ou não para o fazer, nomeadamente a Câmara Municipal de Coimbra, não quer dizer que não o esteja.

A minha vinda aqui é perceber o que está a ser feito, no sentido de nos sossegaros de que, o ano lectivo de 2006/2007 vai entrar em funcionamento.

O que se está a detectar é que em escolas passam a ser necessárias mais salas, quando elas não existem, por via disso encerram-se ATL'S porque os ATL'S, à volta dessas escolas não dão capacidade de respostas para as crianças que ali estão. Conclusão para onde é que elas vão?

Há a questão das refeições, que quem tem obrigação de dirigir a escola toma decisões, e remete simplesmente o problema de alimentação dirijam-se à Câmara, esse é um problema que eles tem de resolver, mas o facto é que em termos concretos ninguém sabe o quê, como, e quem é que vai fazer. Este é que é o grande problema.

No plano social, está a acontecer com alguma IPSS que por alterações do funcionamento das escolas, vêm-se neste momento, despejados de algumas crianças que íam dando apoio, mas em zonas mais afastadas, com um grau de resposta praticamente nulo, de e que neste momento se vêm com encargos grandes em relação a pessoal que tiveram que contratar. Este é um problema que a Autarquia não se pode demitir, tem de ter uma posição em relação a isto. Não sei e é um exemplo, quando foi dos protocolos estabelecidos entre o Estado e as Autarquias para os Jardins de Infância, e a criação dos Auxiliares em que as Autarquias acabaram por fornecer o pessoal para essas Instituições, porque é que em relação aquele pessoal, aquele pessoal vai ficar numa situação de não ter trabalho nos ATL'S, não podem passar a dar apoio nas escolas.

Deixo aqui a sugestão, não sei como é que isto se pode concretizar, mas creio, que poderia ser uma solução para os Municípios junto da Administração Central e da Segurança Social equacionarem este aspecto.

Creio Sr. Presidente que era essencial hoje aqui, não em questões de pormenores, mas sim num panorama geral dizer-nos o que é que se pode perspectivar em relação ao ano lectivo de 2006/2007, havendo todas estas preocupações.

Esta é a realidade e o sentimento que vai nos Pais em relação ao Ensino Básico.

Uma outra questão que quero colocar é o facto de a Câmara ontem ter aprovado, e bem, sobre o processo "i Parque", processo este que decorre há mais de seis anos, uma serie de medidas em relação a trâmites do processo. No entanto constata-se que relativamente aos terrenos os respectivos proprietários não têm sido contactados e não sabem o que se passa.

Sendo o assunto tão importante, gostava de ser esclarecido da falta de informação aos proprietários."

#### **Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:**

"Na última Assembleia, dizia eu que era a última vez que falava sobre o assunto, e hoje exactamente vou dizer a mesma coisa! É a última vez que trago a esta Assembleia esta questão, sacos para o lixo! Isto é uma questão da Cidade de Coimbra, é uma questão grave a que vimos assistindo em que o Sr. Vereador Luís Providência já respondeu a um órgão de comunicação social que encaminhou o assunto para os serviços , não sei os quais! É uma questão que qualquer dia vamos ser confrontados com os sacos à porta da Câmara Municipal de Coimbra, por parte da restauração da Cidade de Coimbra que estão furiosos, porque ninguém diz quando é que este problema é resolvido, e mais grave é que os munícipes de Coimbra, das freguesias de S. Bartolomeu, Almedina e Sta Cruz pagam nos seus recibos de água os sacos para o lixo e que há 3 meses que já não há na Cidade de Coimbra.

Penso, que não estou contra aos subsídios que atribuem para festas, para carroceis, mas há questões mais importantes que é a higiene e a salubridade das pessoas que habitam mal, a maior parte deles na Baixa de Coimbra.

Há três meses, que este problema é levantado, a Comunicação Social já fez referência. Aos anos a esta parte, no primeiro mandato do Sr. Presidente da Câmara Dr. Carlos da Encarnação nunca vi um escrito onde fala o leitor contra situações que esse mandato levassem a qualquer opinião crítica, hoje, é rara a semana em que os munícipes não venham bater, (peço desculpa de dizer isto de um amigo que é o Luís Providência) bater provavelmente é o que menos culpa tem neste processo.

Ainda mais grave, liga-se para os Serviços do Algar, queremos falar com alguém responsável e só atende a telefonista. Este é o quadro que se assiste neste momento nos Serviços de Higiene desta Câmara. Quando acontecer que a pessoas se saturem do que está a acontecer, porque vão às Juntas, está ali a Dra Palmira Pedro e o Pinto dos Santos que podem confirmar o que estou a dizer, porque eles também sentem na pele este problema. Quando é que há? Não sabemos, quando é que vêm não sabemos. Isto é meus senhores, a brincar com as Juntas, a brincar com as pessoas que habitam na Baixa de Coimbra.

Deixem-se disso, porque de facto, dizia eu, quando se atribuem subsídios, não estou contra os subsídios, mas quando se dá um subsidio de 150 mil euros, porque não se reduzia os subsídios e tiravam algum dinheiro para os sacos que é mais importante, do que essa questão, são elas todas importantes mas cada uma no seu lugar. Mas esta é extremamente importante.

Outra questão que vem na Baixa, no mandato anterior o Sr. Presidente da Câmara convidou-me para dar uma volta pela Baixa, com o Sr. Administrador da ERSUC, isto foi passado, dia combinado e hora combinada, 17 horas desse próprio dia, a verdade é que o Sr. Administrador da ERSUC, às 11 horas da manhã mandou lavar as Ruas todas onde nós íamos visitar. Azar dos Azares, acabou a visita as coisas voltaram exactamente à estaca zero, ao ponto de haver munícipes na Baixa de Coimbra a lavarem as Ruas com as mangueiras que se encontram nas caixas de incêndio. Posso testemunhar que todas as semanas junto ao Terreiro Mendonça, ao pé de um edificio pertencente à Cozinha Económica, as pessoas andam lá a lavar a rua com as mangueiras de incêndio. Não percebo como é possível numa Cidade como Coimbra tão bonita e tão limpa, terem este desmazelo. Dizia-me o Sr. Administrador da ERSUC na altura da visita: *Está a ver Sr. Presidente está tudo tão lavadinho!* Pudera! 3 horas antes tinham andado a lavar!

Mas nem tudo é tão negro assim, quero aqui também saudar finalmente, nós Presidentes de Juntas começamos a perceber que já alguém tem outros horizontes com as freguesias, já alguém se incomoda em planificar as actividades que as freguesias pretendem realizar, já alguém se incomoda de reunir com as juntas de freguesias planificando as tarefas e executando-as.

Refiro-me concretamente, ao Sr. vereador Pina Prata que numa das últimas reuniões que tivemos, nós Presidentes de Junta com o Sr. Vereador, no caso da minha freguesia mandou elencar as carências. Estas enviadas através de oficio, e não demorou 8 dias a que a solução dos problemas fossem executados.

Penso que estamos a voltar ao antigo, em que as questões eram colocadas e eram resolvidas. Ainda bem por isso, porque de facto demorou 5 anos a que as pessoas percebessem que tem que haver planificação de trabalhos, tem de haver organização e não podemos continuar a assistir em algumas tarefas o que bem acontecendo.

Por último, em relação à habitação também aqui quero saudar e registar a intervenção do vereador Gouveia Monteiro, no que diz respeito às habitações

degradadas da Baixa de Coimbra. De facto não me interessa a cor política das pessoas, o que me interessa é que as pessoas arregacem as mangas e trabalhem, e se resolvam os problemas e a situação da rua Corpo de Deus, que houve um empenhamento do Sr. vereador Gouveia Monteiro e a solução foi encontrada."

**Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

"Sem querer naturalmente atalhar acho que é oportuno esta questão. A iniciativa do funcionamento das Comissões cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que a elas preside por obrigação regimental. Só não avançou porque nenhum dos grupos foi contactado para uma reunião para esse efeito, porque nesta altura já teriam sido indicados se desse cumprimento às nossas normas regimentais. Portanto, estando de acordo e tendo todo o prazer de indicar o nome, que na altura da aprovação já o teríamos caso tivesse sido suscitado, de qualquer forma é sempre importante ter em mente o Regimento da Assembleia Municipal que imputa responsabilidades concretas aos seus órgãos.

**Presidente da Junta de Freguesia da Sé Nova:**

"Acabei de ouvir com muito interesse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, e quero esclarecer todos os meus amigos da Sé Nova que nunca faltaram os sacos para ser entregues aos cidadãos. Neste momento, ainda temos sacos em stok para fornecer. É só para esclarecer e também aproveito para esclarecer uma frase que o Sr. Presidente da Junta referiu do que os jornais e a imprensa falam. A imprensa tem falado muito das árvores que não são plantadas. Mas devo dizer, que na freguesia da Sé Nova foram plantadas, implantadas e replantadas na Rua Castro Matoso árvores que são partidas sistematicamente pelos vândalos, e filhos da noite. Para além disso foram plantadas árvores na Quinta de D. João, no Penedo da Saudade e na Avenida Afonso Henriques. Não é tanto assim o que a imprensa diz, e o Diário de Coimbra quer é vender, isso não é verdade. Fica aqui este esclarecimento."

**Presidente da Junta de Freguesia de Almedina:**

A Presidente da Junta de Freguesia da Almedina relativamente à intervenção do seu colega Presidente da Junta de S. Bartolomeu sobre os sacos para o lixo, disse e era de toda a justiça mas, tinha dizer que hoje mesmo amanhã chegaram os sacos.

**Intervenção de Presidente da Câmara:**

"O grande problema dos sacos está resolvido nesta altura embora com 3 meses de atraso. Três meses de atraso que se deveram a um erro, tem de ser assumido pela Câmara naturalmente, peço desculpa, não sou infalível, nem ninguém é infalível, quando a pessoa erra tem de pedir desculpa. É essa a minha regra de conduta não altero por nada deste mundo.

Gostaria de abordar outras questões, por ventura não tão prementes como os sacos mas também importantes para nós.

A primeira das questões é esta questão que foi levantada pelo Dr. Maló de Abreu, que é a proposta para que Coimbra possa vir a ser Capital Europeia da Cultura em 2012. Quando eu enderecei a mensagem ao Conselho da Cidade, falei nesta questão, porque entendo que é uma das questões mais importantes do ponto de vista cultural que se põe a Coimbra. Já aqui numa das Assembleias

Municipais que se realizaram entretanto, tive a ocasião de dizer, nós o que devemos discutir no meu ponto de vista da cultura, são de facto os grande objectivos aquilo que nos diferencia e que nos tolhe em relação a outras áreas do país, aquilo que nos limita, aquilo que nos torna desiguais. Aquilo que por falta de um planeamento adequado de parte do poder público, torna os cidadãos de Coimbra credores do Estado, em relação aquilo que outros Municípios já tiveram. Se há algum ponto em que nós estamos particularmente merecedores da atenção pública, é justamente o domínio da Cultura.

Continuo a dizer, digo isto várias vezes e repito para que fique bem na cabeça de todos, que a única grande sala de espectáculos que temos em Coimbra é a oferta do antigo regime. Acho isto particularmente gravoso para a República Democrática. Então durante estes anos todos não foi o Estado capaz de construir um grande teatro em Coimbra! Que acabasse aquele que lá está, suprimisse aquele que lá existe, já teve o seu tempo naturalmente. Marcou uma época, ainda é útil, não houve possibilidade de fazer isto. Mas quando houve grandes acontecimentos em Lisboa e no Porto, basta ver a Expo o Teatro Luís de Camões, que é uma coisa de grande categoria em qualquer sitio do mundo, mas foi feito em Lisboa pelo Estado não foi pela Câmara, mas sim pelo estado. A Casa da Música foi feita no Porto pelo Estado, não foi feita pela Câmara. Portanto, se nós queremos dar igualdade de tratamento em relação às pessoas do nosso País, em relação designadamente aquelas que são do ponto de vista cultural os fulcros principais da actividade cultural do País, então tratemo-los igualmente. Isto não pode ser assim. Acho que a grande oportunidade de Coimbra tem de ser agarrada com ambas as mãos e por todos nós, sendo certo que a nós cabe apenas uma parte do trabalho.

Aqui há tempo interrogavam-me o que é que nós temos, para a Capital Europeia da Cultura. Explique muito, expliquei todos os projectos que temos prontos, a colocar no terreno e todos aqueles que estamos nesta altura a trabalhar, e são muitos. Impressionante do ponto de vista de quem ouve, aquilo que nós temos entretanto feito para nos disponibilizarmos para uma Capital Europeia da Cultura.

Bastaria dar três exemplos:

-O Convento de S. Francisco, é ou não é um grande projecto para Coimbra?

-Penitenciária como Casa do Conhecimento, transformado o edificio principal da Penitenciaria em casa do conhecimento, é ou não um grande projecto para Coimbra?

-A Casa da Escrita, é ou não é um grande projecto?

Basta mencionar três, poderia dar mais exemplos, mas são exemplos em relação aos quais nós temos estado a trabalhar a fazer projectos a preparar as coisas para que elas possam ser aplicadas assim que, tenhamos o necessário apoio. Porque isto não pode ser como eu dizia na mensagem ao Conselho da Cidade isto não pode ser feito com o dinheiro apenas da Câmara Municipal de Coimbra. Não pode nem deve, porque em termos de igualdade não é natural que assim seja. Por isso quando nós estamos aqui a falar de Coimbra e do nosso problema cultural, nós estamos ao mesmo tempo, claramente numa postura reivindicativa porque não pode ser outra a nossa postura em termos nacionais.

É por isso que eu acho que a demonstração de vontade que foi exercida, exibida pela Assembleia pelo menos nas intervenções que até agora ouvi foi muito importante e reconfortante par mim e reconfortante para a Câmara Municipal de Coimbra. É isso que nós todos queremos, é isso que nós todos vamos pretender

querer. Qual é o problema que aqui se põe, é que até agora e nesta altura as candidaturas são apresentadas pelos Governos Nacionais, portanto não somos nós Câmara Municipal, nem o Município que fazemos a candidatura.

Portanto penso bem, que é correcta a postura do Dr. Maló de Abreu, nós temos de solicitar ao Governo que apresente a Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2012.

É isso que penso, por todos os cidadãos de Coimbra esperam deste Governo e penso que não esperam nada de mais e deve dizer-vos que é uma questão de justiça em relação a Coimbra.

Também não pode ser, uma Capital Nacional da Cultura. Aquela Capital Nacional da Cultura, em que na última da hora tive que pedir ao Ministro para colocar em dobro, as verbas necessárias para fazer a sua programação porque se não eram feitas com metade do dinheiro que foram feitas. Porque foi mal preparada, foi mal programada, por ventura mal pensada. Talvez por ser a primeira naturalmente mas também porque foi feita apenas a título exemplar, e em que toda a gente dizia na altura atenção que isto não é uma Capital Europeia da Cultura, pois não faltava o dinheiro porque uma Capital Europeia da Cultura exige mais, precisa de mais, exige mais investimento em infraestruturas. Agora nós queremos a outra a tal que não veio nessa altura, porque a outra que veio nessa altura, nós Câmara Municipal de Coimbra investimos muito nisso, e investimos com o governo. Agora é preciso fazer perceber ao governo que tem de haver equidade em relação à distribuição de dinheiro pelo País inteiro.

É com muito gosto que vejo a proposta, que pelo visto sugeriu de duas bancadas em relação a esta questão.

A segunda questão que queria abordar é a questão da rede escolar e do problema que se põe. Confesso que pouco tenho a dizer, além daquilo que disse abundantemente na Assembleia Municipal.

Na Assembleia Municipal passada tive a oportunidade de fazer um panorama exaustivo dos problemas com toda a honestidade sem qualquer intenção política de destabilizar e de criar complicações, divisões entre as pessoas, nada disso. A única coisa que queria é que as pessoas se apercebessem exactamente o que é que estava a acontecer. Daí então para cá o que é que sucedeu.

A Sra. Ministra convidou-nos para irmos a Lisboa vários Presidentes das Câmaras para apresentar aquilo que entendia ser o seu projecto para execução imediata desta revolução nas escolas.

Infelizmente, a questão principal continua a Sra. Ministra pensa bem, que não se pode perder tempo, que se deve andar rapidamente. Eu também acho! Mas a única coisa que eu disse à Sra Ministra, que eu acho isso muito bem, mas é preciso que as pessoas tenham confiança naquilo que está para ser feito. Nós não podemos ao mesmo tempo, ainda hoje, andar aqui estou a falar no país em geral e também no município em particular, não podemos andar sem sabermos que soluções são aplicadas às escolas que têm mais alunos que estão em regime unitário e que não têm possibilidades de fazer desdobramentos.

Não sei, como é que vai ser resolvida a questão, ainda em muito escolas honestamente que não sei tenho de o dizer. E mais que postura é que eu exhibi perante o Ministério da Educação, a única que sou e que acho que devo fazer, uma postura colaborante. O que disse foi, então o Ministério da Educação que me arranje dois técnicos seus, nós damos dois técnicos nossos da Câmara Municipal e vamos fazer escola a escola o inventário das soluções possíveis. Para quê? Para que eu possa dizer e para que o Ministério da Educação porque é

ele em primeiro lugar que o deve dizer às crianças e aos pais e aos professores como é que vai ser o próximo ano educativo. Porque eu nesta altura não posso dizer na totalidade e também não estou disposto a que venha recair sobre a Câmara Municipal de Coimbra o odioso desta questão. Nós estamos à vontade, estamos abertos estamos a colaborar, mas pusemos desde o início os problemas todos: instalações, novas construções, localização de novas construções, funcionamento das escolas, refeitórios e refeições, intervenções das associações de pais das IPSS e o problema muito importante que é o problema que à pouco o Carlos Cidade falou dos ATL'S, porque não sei se repararam que uma alteração em algumas das escolas pode significar a perda do emprego social em várias IPSS espalhadas por este Concelho. E portanto, este é o panorama.

Agora compreenderão que estou a fazer esforços para que tudo corra com normalidade e estou do ponto de vista do Ministério da Educação e da Direcção Regional a colaborar o mais naturalmente e o mais profundamente que é possível com a Direcção Regional para que do ponto de vista imediato e do ponto de vista mediato, significa isto portanto a Carta Educativa, os nossos técnicos que estão a fazer a nossa Carta Educativa apoiem a Direcção Regional para em colaboração com eles estabelecermos as novas metas da Carta Educativa. Não tem sentido ser as existentes, porque entretanto tudo se alterou. Há uma questão fundamental em relação à Câmara Municipal. O Ministério diz assim às autarquias: Nós damos 250 euros por aluno, por ano, para fazer três actividades, é, música, a expressão físico-motora e é o inglês. Mas podemos fazer isto em todas as escolas nas que estão em desdobramento e nas outras, ou só nas outras? Senão é possível o que é que fazemos? Ficam os miúdos sem capacidade, mas podemos nós dar parte e as IPSS outras, mas podem os ATL'S dar isso, mas com que pessoal se eles não tem pessoal especializado?

Portanto, é conveniente perceberem qual é o meu problema porque é o vosso problema. Não tenho soluções miraculosas para isto. Portanto é conveniente nós percebemos também que estamos numa posição de humildade mas ao mesmo tempo de frontalidade em relação a esta questão toda e de disponibilidade também em relação ao que está a acontecer.

Admito que a escola pública com espaço de ocupação total possa ser uma solução interessante mas é uma solução totalitária do meu ponto de vista também. É preciso cuidado com esta solução. Vamos pôr os miúdos até às 15,30, a fazer o quê, das 15,30 às 17,30 a fazer o quê, a fazerem também os trabalhos de casa na mesma escola do mesmo ciclo durante o dia todo. Isto é bom, ou é mau para as crianças!

Devo dizer que existe vários problemas que me atormentam do ponto de vista da análise desta questão. Não posso mais do que conversar convosco, como tenho conversado com todos os responsáveis com quem tenho debatido os problemas. Não só em relação à essência deles, como em relação às soluções possíveis e aos problemas que tudo isto levanta em cada uma das artes.

A outra questão que gostava de comentar, era a questão do debate público. Quero que o Debate Público se faça com a maior amplitude possível. Devo comunicar à Assembleia que já reuni com a Comissão de Compartes da Freguesia do Botão, já transmiti as exigências da Comissão de Compartes ao Ministério da Justiça, amanhã o Senhor Ministro da Justiça estará cá em Coimbra para assinar um protocolo connosco em relação à mediação família e espero falar também acerca disto.

Mas em relação à questão fundamental, a questão Penitenciária, acho que a Assembleia melhor do que nós deve entender como é que quer fazer esse debate público, a Câmara é apenas uma peça disto, pode colaborar com algum documento que estamos a preparar para levar à Câmara para aprovação e para vir aqui à Assembleia.

Gosto e quero que o debate seja o mais livre possível, o mais aberto possível. Todas as entidades que a Assembleia Municipal deve convidar tenho toda a certeza que serão bem vindas.

Estou disponível para colaborar com o que quiserem, na certeza que a Câmara irá apresentar certamente um ponto da situação, ponto base de aproveitamento do espaço com os critérios que o Planeamento nos indicou. Porque o trabalho que foi feito, foi feito no nosso Departamento de Planeamento, não foi feito no meu gabinete não foi feito com o Eng<sup>o</sup> João Rebelo apenas. Foi com o Departamento Planeamento da Autarquia o que assentou todos os requisitos, naturalmente que o Departamento de Planeamento entendeu dever colocar.

Queria falar de uma outra questão que é, "i Parque" para vos dizer o seguinte: Tive hoje a felicidade de estar, durante a manhã na inauguração do Biocant. Há muitas pessoas que ao longo do tempo trataram esta relação entre Coimbra e Cantanhede, Coimbra e Montemor, Coimbra e Condeixa, Coimbra Figueira da Foz, com um acto de inveja, com um acto de afastamento com uma forma de tentar fazer que Coimbra dominasse, eu não sou assim.

Acho que estou mais rico com aquilo que foi hoje inaugurado em Cantanhede. Significa do nosso ponto de vista, um traço de união muito importante entre as Universidades de Coimbra e de Aveiro, significa que temos mais ali um parceiro, para aquilo que é o levantar do ponto de vista das novas tecnologias da nossa região, significa que temos mais alguém a colaborar connosco, significa que nós temos muito mais capacidade de fornecer matéria prima para as investigações do que qualquer outra. Portanto estamos sempre nesta enorme riqueza disponibilizar pessoas para colaborarem naqueles trabalhos. O Biocant não é senão, uma parte daquilo que nós queremos erigir nesta região. Tem como naturalmente o Centro de Coimbra, mas que tem Cantanhede, tem Condeixa a trabalhar muito bem, tem Montemor a trabalhar muito bem e portanto, só nos enriquece em geral.

O "i Parque" hoje, não apenas uma ideia, não apenas um mero projecto, mas uma coisa que passou por várias fases e fases muito difíceis muito importantes nas quais consome muito tempo até chegarmos ao nosso objectivo.

E o "i Parque" pode dizer-se que poderá estar concluído em 2008. E "i Parque" pode hoje dizer-se que pode começar ainda em 2006, a obra dos acessos. E pode dizer-se que em 2007 deve estar já financiado com financiamento aprovado pelo Governo, e naturalmente antes pela Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional, todas as infra-estruturas necessárias à primeira fase. Claro que o "i Parque" é um projecto muito grande, um projecto a que nós não estávamos habituados em Coimbra, do ponto de vista da sua dimensão, é um projecto de uma Cidade tecnológica, não é apenas um local para colocar meia dúzia de empresas, que era a aproximação tradicional desta área. Tomará eu ter mais um local para colocar mais meia dúzia de empresas. Não tenho nada ! A não ser aquilo que criamos agora. Os Senhores não imaginam a dificuldade que eu encaro de investidores que queiram vir a Coimbra, que me dizem eu preciso de um terreno, e eu dizer-lhe que não tenho. Mas eu não tenho culpa disto nem

nenhum dos Senhores nesta altura que estão neste executivo. Nós não nos preparámos para esta forma de competitividade, nós não nos preparamos para sermos uma cidade competitiva em termos de empresas e emprego, nós não nos preparámos para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia do conhecimento, não nos preparamos para por isso ao serviço das empresas, não nos preparamos para estabelecer a colaboração entre a Universidade, a Cidade e as Empresas, Estamos a fazer o que não foi feito, até aqui. É bom que estejamos agora a fazê-lo e é bom que estejamos a fazê-lo daqui a 10 anos. Porque senão hipóteses mirravam definitivamente.

Nesta altura a opinião que tenho é uma opinião positiva, há muito trabalho feito. Ontem apresentamos à Câmara e foi aprovado o Plano de Pormenor do "i Parque". Significa um passo extraordinário em tudo isto, como já tinha sido feito antes a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental, como nesta altura estão a ser feitos os contactos com os proprietários para chegarmos à fase da expropriação de todos os terrenos. Portanto, há de facto aqui um trabalho muito grande feito.

Portanto, nesta altura estou à vontade para vos dar as informações que dou e felizmente são informações positivas.

Infelizmente já não posso dizer a mesma coisa em relação ao Metro-Mondego. Não sei se compreenderam bem, o que é que está a acontecer com a Metro-Mondego. Mas o que está a acontecer com a Metro-Mondego é qualquer coisa deste género:

Do ponto de vista da Cidade de Coimbra o objectivo principal da Metro-Mondego neste momento está em vésperas de ser conseguido. A Metro-Mondego está prestes a conseguir a expropriação total de todo o corredor que vai desde a Avenida Fernão de Magalhães, mesmo aquela parte que já está demolida, até à rua da Sofia até à Câmara Municipal e ainda do lado de lá até à linha do caminho de ferro. Faltam nesta altura dois prédios.

Isto significa um avanço importantíssimo em termos de estabelecimento deste corredor que é um corredor de transporte público, que não é outra coisa, nem deve ser outra coisa na Cidade de Coimbra. Mas em relação ao resto não sei o que é que está a acontecer, sei vagamente que sendo a plataforma chamada linha da Lousã, qualquer coisa entregue à Metro-Mondego não é a Metro-Mondego que está ali a fazer nenhuma obra, nem sei quem é, ou se estão ali a fazer alguma obra significativa. Mas aquilo que ouço falar é na criação de parques de estacionamento em Lousã e Miranda do Corvo aqui ao pé de Coimbra em Ceira que são parques de estacionamento extraordinários em relação aos quais não está prevista nenhuma ligação do ponto de vista da ligação ao circuito principal do Metro nem está a Metro. Advinho qual será a utilização daqueles espaços de estacionamento em relação ao comboio da Lousã, ou seja à automotora da Lousã. E é esse investimento prioritário que poderá ser destinado a ser feito. Ora se é assim, acho que as coisas estão definitivamente ao contrário. Primeiro quem iria fazer a obra não a deve fazer, porque é a Metro-Mondego e não outra entidade qualquer. Segundo porque estamos a fazer tudo ao contrário, estamos nesta altura a utilizar dinheiro só para fingir que fazemos alguma coisa em relação aquilo que é essencial do projecto, que não vem.

Portanto devo dizer, a quem levantou o problema Dr. Reis Marques que a minha preocupação não é muita é mais do que muita.

Devo dizer-lhe que trato sempre esta questão da Metro-Mondego sem qualquer marcação política, acho que esta questão da Metro-Mondego, ou Eléctrico Rápido de Superfície é uma coisa que nos deve unir a todos, e unir a todos exigindo de quem está no poder o cumprimento de promessa repetida ao longo dos anos.

E portanto a minha postura é sempre a mesma, seja quem for que lá esteja. Estou naturalmente pessimista em relação a esta questão, porque estou a ver o tempo a passar. As obras como foram anunciadas na linha da Lousã, as primeiras haviam de estar concluídas no fim deste ano. Não tenho conhecimento de nenhum projecto feito. Não tenho conhecimento de nenhuma estimativa séria de realização da obra. Aquilo que quero transmitir é a minha enorme preocupação em relação a isto.

Penso que em relação aos pontos alguns dos senhores membros da Assembleia é isto o que me cumpria dizer.

Queria só fazer duas últimas referências:

Uma, em relação à questão colocada pelo Dr. Ferreira da Silva, questão que tem de ser analisada caso a caso, com muita cautela, como sabe. Compreendo o que está a dizer, obras antes do PDM, e depois do PDM, obras em determinada altura do regulamento geral. A verdade é que temos que ter um grande cuidado. Normalmente as obras de reconstrução, são obras que alteram de maneira radical a fisionomia da própria habitação considerada. Portanto, geram-se aí situações de limite, em relação aos quais o julgador tem de ser prudente, e portanto não podemos permitir abusos nem por outro lado permitir que se exija mais do que a lei permite.

Penso que apesar de tudo, os serviços da Câmara e o vereador respectivo têm sido prudentes, nesse ponto de vista, tem aplicado bem a lei. Mas evidentemente que as pessoas têm o direito de recorrer, tem direito de reapreciar o seu pedido, e todas, não é só algumas que vêm cá falar uma hora à Câmara, são todas que podem vir falar à Câmara.

Por último, fazer duas pequeníssimas referências para cumprimentar o professor Martim Portugal, é com muita satisfação que o vejo aqui novamente na Assembleia, e para lhe dar nota da importância da intervenção que fez porque é verdadeiramente muito interessante o alerta que fez em relação aos nossos problemas. Aos problemas do que é uma cidade universitária apanhada num momento de enorme transformação mundial e nacional. E portanto, mais uma vez nós devemos lembrar que já fomos terra de privilégio. Agora, não o somos! Somos terra de competitividade como todas as outras, e temos de nos preparar para isso, a todos os níveis, mas também do ponto de vista universitário e do ensino superior só se fomos melhores que os outros é que sobrevivemos. Não basta termos tradições do passado, temos que fazer um outro caminho, que não é o caminho que anteriormente estávamos habituados.

Em relação ao Senhor Presidente de Junta de Cernache, certamente que não estava nas prioridades do anterior presidente da junta da freguesia de Cernache a obra que o Sr. Presidente da Junta agora mencionou. Ela, de facto, foi objecto da nossa candidatura pela primeira vez por parte do candidato à junta de freguesia. Assim não aconteceu com o antigo presidente de junta de freguesia. Sei que agora acontece consigo, estamos em sintonia, temos de resolver esse problema, já dei indicações ao Sr.vice-Presidente para tratar desse problema.

Quanto aos cemitérios, infelizmente morre-se muito em Coimbra, portanto o problema é comum a várias freguesias, que têm exactamente o mesmo problema.

Quase todos os cemitérios entraram em crise ao mesmo tempo. Temos de fazer a administração sábia das nossas capacidades. Peço às Juntas de Freguesias que também colaborem dando prioridade mesmo das suas próprias obras em relação a esta coisa, em detrimento por ventura de outras que serão menos necessárias. Espero que colaborem connosco e que consigamos resolver todos estes problemas."

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

"Vou ser relativamente breve, só para referir que nas sucessivas Assembleias em que tem sido entregue na própria Assembleia a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, tem sido sistematicamente entregue na Assembleia, o que de facto o procedimento não deveria ser esse. A intervenção nunca consta da documentação facultada aos deputados sendo de facto apenas acessível na própria Assembleia. O que obviamente não permite habilitar como o próprio regimento da assembleia diz os deputados para uma análise mais séria, mais detalhada e eventual questionamento de alguns aspectos. Não se compreende como é que a intervenção escrita do Senhor Presidente não é entregue tal como está no regimento juntamente com a outra documentação, tanto mais que as informações compiladas, concretamente o que está aqui, são de um mês atrás, de 22 de Maio. Não existe qualquer argumento para que não seja facultada esta documentação. Também gostava de referir, e constatei que não vem, mais uma vez, uma obrigação dessa intervenção que é nomeadamente o resultado do inquérito interno que questionamos na anterior Assembleia, e que foi decidido pela própria Vereação em relação ao caso do embargo da vivenda do cidadão Tavares de Almeida.

Por outro lado e para ser breve, dizer ao Senhor Presidente que a candidatura à Capital Europeia da Cultura, embora seja apresentada pelo Poder Central as cidades interessadas não podem ficar sentadas de forma, mais ou menos contemplativa no nosso caso à espera de um milagre da padroeira. Portanto, para fazer valer a candidatura de Coimbra é preciso iniciativa, dinâmica, mobilizadora, trabalho sério e profundo concertação negociação de convergência e preparação de uma candidatura forte e mobilizadora.

Uma candidatura que não seja uma mera oportunidade, para ter uma programação de oferta cultural mais ou menos rica e deversificada mas que implique a assunção de um plano estratégico de médio e de longo prazo, que coloque à cabeça a aposta na dimensão da criação e produção artística e cultural com motor de desenvolvimento da Cidade.

Já agora uma pequeníssima nota de rodapé, concerteza que numa próxima Assembleia temos essa oportunidade de discutir, esperamos que o "i Parque" que saudamos do ponto de vista dos seus objectivos globais daquilo que poderá trazer mais valia para a cidade, desenvolvimento inovação e desenvolvimento tecnológico, não se transforme de mais uma enorme oportunidade de negócio para a especulação imobiliária à custa de proprietários expropriados por uma matuta-e-meia."

**Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):**

"Senhor Presidente julgo que nós conseguimos chegar e bem, a um acordo sobre a moção que devemos apresentar. Portanto, esta nossa moção, julgo que possa dizer que se passa só para uma única moção, integrando as intenções de que todos os grupos. Isso era importantíssimo para nós, porque sendo certo nós não

queremos lançar foguetes antes da festa, queremos trabalhar em conjunto entre todos para podermos avançar. Assim, o novo texto é o seguinte:

#### Moção

1-Considerando que a Capital Europeia da Cultura 2012 é uma oportunidade imperdível para Coimbra na obtenção de investimentos estruturantes a longo prazo já abundantemente realizados em Lisboa e Porto e que, de outra forma, não se realizando continuam a acentuar a desigualdades no País;

2-Considerando que Coimbra é a Cidade do Conhecimento, mas também é uma cidade de cultura, entendida em todas as dimensões, cidade com passado e com história, mas igualmente cidade que exige desenvolvimento e futuro;

3-Considerando que em Coimbra é possível mobiliza energias e vontades consensualizadas em torno de grandes causas ou projectos nacionais e universais, como é o caso da Capital Europeia 2012;

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 20 de Junho de 2006 aprova a solicitação do Governo da apresentação da Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2012, e constitui de imediato uma Comissão de Acompanhamento.

E recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que inicie a preparação desta apresentação, mobilizando e envolvendo os cidadãos e as instituições relevantes do concelho para esta causa e este desígnio – Coimbra, Capital Europeia da Cultura de 2012."

Em relação à nossa proposta, à moção inicial acrescentamos aqui a constituição imediata de uma Comissão constituída por elementos de todos os partidos da Assembleia. Da nossa parte há disponibilidade para indicar ainda hoje., um representante.

E a mobilização eu vou ver as instituições relevantes do concelho para esta causa e este desígnio."

#### **Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):**

"Esta proposta deixa-me inquieto mas ao mesmo tempo satisfeito. Deixa-me inquieto porque tenho medo de que Coimbra esteja a morrer, tanto neste aspecto como noutros. Não é, por termos falado aqui de cemitérios, mas é porque realmente fiz agora um pequeno esforço de memória. Tenho de memória como alguns de vós da pujança cultural desta cidade. Lembro-me que havia três ciclos de teatro nesta cidade: GEFAC, TEUC e o ciclo teatro municipal que normalmente envolvia dezenas de instituições da sociedade civil, associações variadas que davam à cidade a possibilidade de desfrutar bons teatros feitos por gente de Coimbra encenados por pessoas da cidade. Quero lembrar que tivemos dos melhores coreografos nacionais, que foram inclusivamente trabalhar para Lisboa para os teatros de revistas do Parque Mayer. Lembro-me de termos revista à Coimbra, não havia só revista da cidade de Lisboa, havia revista pegando nos temas características da nossa gente.....

Tenho medo que nós estejamos à espera, como diz o deputado do Bloco de Esquerda, que venha uma padroeira qualquer safar Coimbra desta agonia.

Todos nós temos alguma culpa disso, queria lembrar aqui à Câmara e provavelmente à direcção da cultura e a outras instâncias que é necessário para que haja realmente uma Cidade Capital Europeia da Cultura algo mais do que fazermos a candidatura, porque a candidatura acho que ela já deve estar

previamente escolhida, penso que não vamos ter grande sorte porque a seis anos de diferença ela já deve estar congeminada nos cérebros de alguns.

Mas, vamos nessa se não fôr a de 2012, que seja noutra data. O que penso que era importante era que nós fossemos capazes, provavelmente não o somos temos dificuldades, não sei como de provavelmente recriar uma cidade que era realmente conhecida pela sua cultura, não há ninguém, não há nenhum escritor com um nome que não tenha passado por Coimbra.

Gerações do fim do século XXVIII e XIX, que foram riquíssimas na escrita, tínhamos um conjunto de todas as manifestações culturais que se deixaram definir. O cinema praticamente não existe, não há praticamente nada, penso que é necessário dar um murro na mesa, porque Coimbra não pode estar só à espera da Capital Europeia da Cultura, começar desde já, Senhor Presidente ficava de certeza na história desta cidade como algo de importante do seu mandato se fossemos capazes, o senhor como líder de inverter este ciclo e tornar a recriar Coimbra, dando subsídios criando condições, dinamizando um conjunto de actividades e proporcionando a possibilidade dessas actividades serem postas em destaque e dar-lhe um realce.

Acho que essa era realmente a antecâmara de uma verdadeira Cidade Europeia da Cultura. É um desafio que lhe deixo ao Senhor Presidente é um desafio e a todos nós de na Comissão de Acompanhamento que vai ser criada não ficarmos só pelas diligências de falarem com as Instituições, com os Ministros e com os Presidentes da República, é sermos talvez essa comissão um núcleo de em conjunto com todos nós sermos capazes de prepara o fermento para uma nova vida para esta Cidade."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a moção apresentada sobre a Capital Europeia da Cultura, atrás transcrita, e a qual foi aprovada por unanimidade.

Quanto ao debate público sobre a Penitenciária foi acordado que seria para o próximo dia 8 de Julho, ficando a organização a cargo da Assembleia Municipal.

### **Período da Ordem do Dia**

#### **Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da lei, a informação escrita do Presidente da Câmara, bem como da situação financeira do Município, previamente distribuída por todos membros da Assembleia, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

#### **Ponto 2 - Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos do Município para 2006:**

Relativamente a este processo o deputado Brito Xavier usou a palavra para dizer o seguinte :

"Sei que o empréstimo já foi aprovado, queria apenas deixar marcante da parte da nossa bancada, o seguinte.

Independentemente da bondade ou não bondade do empréstimo, nós gostaríamos de conhecer o seu destino porque sendo um Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal provavelmente as obras poderão ainda não estar iniciadas, como não consta deste documento o role das obras a efectuar, não sabemos deliberadamente se estamos, ou não, a aprovar um endividamento

que cuja aplicação directa não conhecemos e que suspeitamos que preferencialmente sirva para pagar os compromissos de vária ordem e para não financiar obras a realizar no futuro.

Nesta conformidade e não nos sendo dado uma relação dos investimentos a que o empréstimo se destina teremos em nome da clareza e da transparência que pesar o sentido da nossa votação que poderá ser diferente também no caso do Executivo Camarário clarificar a indispensabilidade do mesmo para a solução de responsabilidade inadiáveis."

Posto o assunto à votação a Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por maioria, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de Maio de 2006, e nos termos da alínea d) do nº 2 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal de Coimbra a proceder à contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, no valor de 2.640.581 euros, destinado ao financiamento do Plano Plurianual de Investimentos do Município para o ano de 2006.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 3 - Regimento da Assembleia Municipal:**

Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, a Comissão nomeada para rever este articulado foi apresentando propostas de alteração e pequenos ajustamentos, tendo nesta Assembleia sido presente a versão final, a qual posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e para produção imediata de efeitos.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente acta.

### **Ponto 4 - Criação da Provedoria dos Administrados - proposta da CDU:**

Relativamente a este assunto, já tinham sido apresentadas em reuniões anteriores, quer da Assembleia quer da Comissão nomeada para o efeito, propostas de criação da Provedoria dos Administrados.

Este assunto gerou alguma controvérsia entre os Grupos Municipais, tendo-se salientado entre outras, as intervenções dos deputados Pinto Ângelo, Serafim Duarte, Reis Marques e Moisés Geraldês.

Após a larga discussão sobre o assunto, o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta da CDU

"Em ordem a aumentar a participação dos cidadãos na vida do seu município:

#### **Criação da Provedoria dos Direitos dos Administrados**

Órgão a criar no seio da Assembleia Municipal através de uma comissão específica, cujas funções serão, primordialmente, assegurar e monitorizar, nas várias áreas de actuação do executivo:

- o respeito pelos direitos dos administrados e a resposta atempada às suas reclamações e petições;
- o nível de participação dos cidadãos na definição das políticas;
- a qualidade e frequência do atendimento aos munícipes.

Esta Provedoria dos direitos dos Administrados terá ainda a função de propor, na sequência de relatórios a elaborar periodicamente, as medidas necessárias para aumentar a participação dos cidadãos, e para colmatar e corrigir, as insuficiências encontradas ao nível do atendimento e do acesso dos munícipes à informação."

Proposta do PS em complemento da proposta da CDU:

- Criar condições para o usufruto da plena cidadania e de gozo de todos os direitos, aos cidadãos que por qualquer deficiência ou de dificuldade de comunicação sintam alguma discriminação e tratamento de desigualdade na relação com a sociedade.

-Estimular plena integração de cidadão e também de gozo e exercício dos seus direitos a todas as minorias com níveis de inserção social deficitária."

A Assembleia Municipal com 31 votos contra e 27 a favor reprovou a proposta apresentada pela CDU.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção apresentada à Mesa pela deputada municipal Maria Reina, e que a seguir se transcreve:

#### Moção

“Considerando :

O exposto no Artº 84 nº 6 da Lei 169/99, com a nova redacção dada pela Lei 5-A/2002;

**“Nas Reuniões dos órgãos deliberativos há um período para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados, nos termos definidos no regimento”.**

A democracia representativa exige a participação do cidadão;

A Democracia dos afectos e proximidade ao cidadão tem de ser uma pratica corrente;

O Grupo Municipal por Coimbra propõem a esta Assembleia Municipal a seguinte proposta de recomendação:

1- Dirigir um apelo à população conimbricense, para uma participação mais activa e permanente desta, nas Assembleias Municipais, considerando-se a sua intervenção como um Direito e um Dever do exercício de cidadania;

2- Que fique consagrado e pedido aos Presidentes de Junta de Freguesia e Presidentes de Freguesia que estes próprios divulguem a convocatória da Assembleia Municipal, dando assim a conhecer aos munícipes a ordem de trabalho ;

3- Que no site camarário se crie o espaço da Assembleia Municipal, permitindo que cada cidadão contacte, via e-mail, os Deputados Municipais que assim o pretendem;

4- Que a Câmara Municipal, possibilite à Assembleia Municipal a divulgação, no site, a data e agenda das Assembleias Municipais, ou outras informações relevantes para os munícipes;

5- Que as reuniões da Assembleia Municipal passem a poder ser realizadas, pelo menos uma vez por ano, nas Freguesias do Concelho;

6- Que os Senhores Presidentes de Junta, interessados na realização de uma Assembleia Municipal na sua Freguesia, se comprometam a assegurar o apoio logístico à realização das mesmas;

7- Que a Câmara Municipal sensibilize os Órgãos de Comunicação Social, nomeadamente os locais, para a importância da publicação/divulgação da agenda de trabalhos das Assembleias Municipais;

Considera o Grupo Municipal Por Coimbra, que a aprovação da presente recomendação:

- Dá corpo ao exposto na Lei;
- Promover a aproximação do cidadão ao eleito local;
- Responsabiliza o eleito local
- Acciona a descentralização;
- Fomenta a democracia dos afectos, da proximidade ao cidadão;
- Impulsiona a verdadeira Democracia representativa;

- Incentiva a participação activa das populações, em sede própria, sem necessidade de outros custos ou de outros órgãos."

Aprovada com 38 votos a favor e 17 abstenções.

***Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo***

"Em relação às propostas apresentada pela deputada Maria Reina, poderíamos eventualmente ter alguma contrariedade por não entender as virtualidades das nossas.

Mas como nós, a nossa avaliação é do mérito dos conteúdos e não de quem as propõem tivemos todo o prazer em votar a favor."

***Declaração de voto do deputado Ferreira da Silva***

"Votámos a favor da proposta da CDU, com as adendas entretanto introduzidas porque entendemos que os munícipes têm todos os direitos constitucionalmente garantidos e não apenas o direito ao ambiente."

**Ponto 5 - Desafecção de terreno do domínio público municipal:**

**a)Parcela de terreno na Avenida Ferrer Correia**

Para o assunto mencionado em epígrafe a Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara datada de 05 de Junho de 2006 deliberou, por unanimidade aprovar a desafecção de terreno do domínio público municipal e a integração do domínio privado do Município a parcela de terreno, situada na Avenida Ferrer Correia/Freguesia de Santo António dos Olivais, destinada a construção urbana com a área de 632m<sup>2</sup>, confrontando do Norte e Nascente com parcela pertencente ao domínio privado do Município, do Sul com António Vasco Bobone e Outras e do Poente com Rua da Quinta da Portela. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**b)Parcela de terreno na Quinta da Fonte**

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara datada de 05 de Junho de 2006 deliberou, por unanimidade aprovar a desafecção de terreno do domínio público municipal e a integração do domínio privado do Município da seguinte parcela:

-Parcela de terreno destinada a construção urbana, situada na Quinta da Fonte, freguesia de Santo António dos Olivais, com a área de 943m<sup>2</sup>, a desafectar do domínio público municipal e a integrar no domínio privado do Município de Coimbra, a confrontar do Norte com linha de água, do Sul com a Rua D. João II, do Nascente com Rua do Casal Pequeno/Rua das Romeiras e do Poente com domínio público municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**c)Parcelas de terreno na Quinta de Grijó:**

**Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas CDU):**

Em relação a estas questões já se está tornar um bocado recorrente da minha parte. Mas mais uma vez, gostava de ter informações concretas sobre este ponto, enquanto que nos outros anteriores não tive dúvidas.

Gostava que alguém me esclarecesse sobre o ponto da situação do cadastro municipal, porque efectivamente continuamos aqui a desanexar terrenos e sem saber exactamente o que é que a Câmara tem ou não tem e onde é que tem. Há mais de dois anos que estaria para breve essa questão da criação de cadastro municipal. Até hoje!"

O vereador João Rebelo usou da palavra para responder às questões da deputada Margarida Viegas:

"Relativamente a esta proposta, como se diz no documento, trata-se da necessidade da formatação do lote, em articulação com terrenos cedidos no âmbito de loteamentos. O que se trata nesse processo e que se torna necessário, proceder a essa desafecção para o acertar.

Essa questão, da desafecção muita vez ocorre, por causa dos registos. A forma como os terrenos não estão registados, a forma mais correcta leva a que muita vez, portanto tenha que ser tratado de um modo como aí está.

Mas como se refere é para acertar com parcelas de terrenos cedidas no âmbito de loteamentos, e para a formatação dos lotes que vieram à posse do Município.

Quanto ao Cadastro Municipal é um processo que tem vindo a ser desenvolvido, mas que tem imensa dificuldade de se completar. Como sabem grande parte dos terrenos que vieram para a Câmara, não foram objecto de registos durante muitos anos. E o que vem no âmbito do domínio público, que vem para o espaço público do município através dos processos de loteamento também não foi objecto de registos. Isto leva a um processo muito exaustivo, muito demorado, mas que tem vindo a ser feito. E portanto, é possível no momento em que se combinar fazer um ponto de situação do trabalho feito. Agora é um processo que está a decorrer com muita dedicação por parte dos técnicos envolvidos, mas que ainda vai prosseguir durante bastantes tempo."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara datada de 05 de Junho de 2006 deliberou, por unanimidade aprovar a desafecção de terreno do domínio público municipal e a integração do domínio privado do Município das seguintes parcelas:

Parcela A-Parcela de terreno destinada a construção urbana, situada na Quinta de Grijó, Freguesia de Santo António dos Olivais, com a área de 297, 40m<sup>2</sup>, a desafectar do domínio público municipal e a integrar no domínio privado do Município de Coimbra, a confrontar com o Município de Coimbra (Lote 3), do Sul, Nascente e Poente com domínio público municipal.

Parcela B-Parcela de terreno destinada a construção urbana, situada na Quinta de Grijó, Freguesia de Santo António dos Olivais, com a área de 636,00m<sup>2</sup>, a desafectar do domínio público municipal e a integrar no domínio privado do Município de Coimbra, a confrontar do Norte, Sul, Nascente e Poente com domínio público municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 6 - Aplicação do D.L.81/2006-Regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento-tabela de taxas:**

Sob a proposta da Câmara datada de 05 de Junho de 2006, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 19 abstenções, aprovar a taxa correspondente à Aplicação do D.L.81/2006-Regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento-tabela de taxas;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

***Declaração de Voto Pinto Ângelo:***

"Só um pequeno reparo, nós compreendemos que isto é uma adaptação corrente de um Decreto-Lei que impõe no sentido favorável ao consumidor o pagamento por períodos menores.

Pensamos de qualquer forma que eventualmente não terá sido acautelado, o acréscimo de custos que efectivamente existe em algumas fracções.

Pensamos que não estamos em altura, independentemente da necessidade de fundos que a Câmara Municipal de Coimbra possa ter, independentemente disso não estamos em altura de aprovar, ou de fazer passar com o nosso voto favorável aquilo que pode prejudicar quer os cidadãos pelo aumento dos seus custos, quer os comerciantes da Cidade."

**Ponto 7 - Concessão da Medalha da Cidade de Coimbra ao Professor Dr. Manuel Antunes:**

Sob a proposta da Câmara datada de 05 de Junho de 2006, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a Concessão da Medalha da Cidade de Coimbra ao Professor Dr. Manuel Antunes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a inclusão de na Ordem do Dia dos pontos que a abaixo se enumeram, tendo sido de imediato aceite.

**Pontos Extras**

**1-Limpeza de Instalações Municipais:**

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 5 de Junho de 2006, autorizar a abertura de concurso público para a contratação de serviços de limpeza de instalações municipais, ao abrigo do disposto no artigo 22º, nº.1 e 6, do Decreto-lei nº197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico (2007 a 2010) de 600.000,00€ acrescido de IVA e das correspondentes actualizações de preço.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**2-Fornecimento de Gasóleo:**

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 19 de Junho de 2006, autorizar a abertura de concurso público para Fornecimento de Gasóleo, ao abrigo do disposto no artigo 22º, nº.1 e 6, do Decreto-lei nº197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico (2007 a 2010) de 630.000,00€ acrescido de IVA e das correspondentes actualizações de preço.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**3-Cedência Gratuita em direito de Superfície à Igreja Reitoral de Nossa Senhora de Fátima – Coselhas:**

Sob a proposta da Câmara datada de 19 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte:

-Parcela de terreno situada no Alto de S. Miguel, com a área de 5.703,00m<sup>2</sup>, o seu destaque do prédio com a área de 14.470,00m<sup>2</sup>, os valores de 107.800,00 e 53.900,00 atribuídos à parcela e ao direito de superfície, respectivamente, e a

cedência gratuita em direito de superfície à Igreja Reitoral de Nossa Senhora de Fátima, em Coselhas, nas seguintes condições:

.destina-se à construção de uma igreja, Centro Paroquial e Social e arranjo do espaço envolvente a todo o complexo;

.a Igreja Reitoral de Nossa Senhora de Fátima, Coselhas suportará todos os encargos decorrentes das construções;

.o prazo de duração da constituição do direito de superfície é de 70 anos com início na data da celebração da escritura podendo ser prorrogável por períodos de 25 anos;

.o direito de superfície incluindo as benfeitorias no terreno reverterá para o Município de Coimbra se fôr dado ao terreno ou edificação nele construída fim diferente do estabelecido;

.no fim de cada prazo contratual, por acordo entre as duas partes, pode ser dado por terminada a concessão do direito de superfície ficando as benfeitorias existentes a pertencer ao Município de Coimbra não sendo devida qualquer indemnização salvo acordo em contrário.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

#### **4-Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra**

Sob a proposta da Câmara datada de 19 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra-clarificação da deliberação da Câmara nº6360/2005, a saber:

"No sentido de clarificar o sentido correcto da deliberação da Câmara Municipal de Coimbra nº6360/2005, de 18/04/2005, que altera o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra (RMEUE), a Câmara Municipal de Coimbra, confirme que o âmbito da referida deliberação ao adoptar uma redução do valor das taxas, a pagar nos primeiros três anos, se conte a partir da data de aplicação dos artigos em referência, ou seja, a partir de 15 de Julho de 2005"

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.